



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

### **HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA E ABJEÇÃO CONTRA LGBTI+ NO BRASIL E OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

VALDENIZIA BENTO PEIXOTO <sup>1</sup>

#### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é apresentar a história da violência e abjeção contra LGBTI+ no Brasil e os desafios para o Serviço Social. As vivências de pessoas LGBTI+ são atravessadas ao longo da formação social brasileira por diversas violações de seus corpos e comportamentos. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica, partindo da teoria feminista marxista. Este debate se torna urgente para assistentes sociais, uma vez que, essas violações estão no cotidiano social e, portanto, se apresentam como demandas no exercício profissional. Portanto torna-se um diálogo não esgotado entre a formação acadêmica e profissional do Serviço Social.

**Palavras-chave:** Violência LGBTI+; abjeção; Sexualidades; Serviço Social

#### **RESUME**

El objetivo de este artículo es presentar la historia de violencia y abyección contra LGBTI+ en Brasil y los desafíos para el Trabajo Social. Las experiencias de las personas LGBTI+ son atravesadas en toda la formación social brasileña por diversas violaciones de sus cuerpos y comportamientos. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica, partiendo de la teoría feminista marxista. Este debate se torna urgente para los trabajadores sociales, una vez que estas violaciones forman parte del cotidiano social y, por tanto, se presentan como

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade De Brasília

demandas en su ejercicio profesional. Por tanto, se convierte en un diálogo no agotado entre la formación académica y profesional del Trabajo Social.

**Palabras-claves:** violencia LGBTI+; abyección; sexualidades; Servicio social

## INTRODUÇÃO

Analisar temas inerentes aos corpos, aos gêneros e às sexualidades de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e outras diversas (LGBTI+) é algo urgente e necessita de maiores explorações no conjunto da produção teórica do Serviço Social. Afinal esta temática se apresenta no cotidiano das intervenções profissionais de assistentes sociais cada dia mais latente e desafiadora. É notório que a mesma não passa mais incólume às discussões no meio profissional (salas de aula, campos de estágios, conjunto de entidades da categoria e estudantis e diversos outros espaços que requerem o trabalho do/a assistente social).

Portanto, o objetivo deste artigo é debater como os corpos e comportamentos dissidentes da heterocisnormatividade são apreendidos e compreendidos na sociedade brasileira e as interfaces dessa questão diante das demandas profissionais de assistentes sociais. O percurso exploratório requer ainda identificar as narrativas dominantes que foram produzidas e reproduzidas ao longo da formação social brasileira, a quem interessou (e interessa), o que sustenta e qual o significado de mantê-las atualizadas. É indispensável a trajetória dos elementos que compõem o desenvolvimento histórico, social, cultural, econômico e político brasileiro que estabeleceram o ideal de corpo e de comportamento, afinal tal determinantes estão inscritos e solidificados em cada situação de violação vivenciada por LGBTI+.

Recorrer à períodos remotos do desenvolvimento social e político brasileiro para compreender ao fenômeno da violência contra LGBTI+ cumpre com a tarefa teórica-metodológica de percorrer o cotidiano, levantar os elementos que o compõe, examina-los à luz das teorias, perceber as contradições, interpor as diversas mediações e realizar uma síntese indissociabilizada entre a contemporaneidade e as heranças que a constitui.

Embora seja recente os estudos e as pesquisas destes temas no arcabouço teórico do Serviço Social, o fato é que as vivências dos corpos e sexualidades de sujeitos LGBTI+ sempre estiveram implicadas nas relações sociais estabelecidas no sistema capitalista.

Logo, analisar a questão social, compreender os fundamentos históricos, teóricos-metodológicos e éticos-políticos que fundam a profissão, é imprescindível a análise da imbricação entre classe, raça, gênero e sexualidades. Isso nos aponta um outro paradigma no que tange absorver e implementar o projeto profissional do serviço social, ou seja, a análise política, social e econômica da totalidade implica em ampliar o foco das relações de opressão e exploração da classe trabalhadora, imbricada com a dominação de corpos racializados, sexualizados e generificados. Ademais, compreender tais questões nesta perspectiva, é referendar a defesa do Projeto Ético-Político Profissional, na medida em que este privilegia a defesa das liberdades e pluralidades sexuais, como um direito humano, necessário para existência de vidas plenamente vivíveis (BUTLER, 2017).

Para analisar os determinantes dessa violência no Brasil, a partir das orientações teóricas, éticas e políticas do Serviço Social, é imprescindível uma aproximações que perpassa um tema extremamente caro à profissão que são as matizes da “questão social”, num entendimento de que esta é atravessada não apenas pelos reflexos da contradição capital *versus* trabalho, como também compreender que a classe trabalhadora, historicamente explorada pelo sistema do capital é igualmente aviltada por outros sistemas de exploração e opressão, quais sejam, o patriarcado (e o sexismo contido neste) e o racismo.

A partir disto, a esfera das sexualidades não pode ser reconhecida como um componente exclusivo da subjetividade humana, afinal por estar inscrita materialmente nos corpos, ela experimenta todos os vieses impostos pelo paradigma capitalista. Tais paradigmas vão desde o estabelecimento de normas comportamentais para os sexos até a execução sumária de sujeitos que rompem o limite do seu gênero/sexo, perpassando ainda por outras violações como, por exemplo, a ausência de legislações que garantam os direitos à vida, a adequação do registro civil de pessoas transexuais.

É fulcral para o debate aqui apresentado reconhecer a centralidade dos gêneros e das sexualidades na sociabilidade capitalista, na formação e na construção sócio-histórica das opressões e do preconceito contra LGBTI+. Apresentar essa questão numa perspectiva histórica de totalidade social, é concebê-la como um dos componentes que também gera desigualdades. Assim sendo, compreendo a violência contra LGBTI+ passa a ser uma expressão da questão social, o que a torna, por assim dizer, objeto de estudo, pesquisa e de intervenção de assistentes sociais.

## **DESENVOLVIMENTO**

---

## **A materialidade do corpo e a padronização dominante**

O que é um corpo disciplinado? Quais as circunstâncias que tornam um corpo educado? Como mensurar a beleza de um corpo? Qual corpo é importante para ser preservado? Qual vida pode manter-se viva plenamente? E, por fim, qual corpo e como este é punido por não ser disciplinado o bastante, educado razoavelmente, não corresponder ao padrão estético e não se fazer devidamente útil para a sociedade? A resposta para tais questões serão apresentadas em diálogo com as autoras que já problematizaram o assunto anteriormente.

Refletir o conteúdo de um corpo disciplinado, livre, educado, belo e importante socialmente coincidirá menos com as pretensas respostas que eu poderia indicar e mais com as possíveis antíteses de tais atributos sobre o corpo. Ademais, o que interessa aqui são as questões que validam a violência social, institucional e cultural a que ficam expostos corpos LGBTQIA+. Corpos que foram desautorizados ao convívio pleno em comunidade, como tantos outros que são excretados cotidianamente pelo mesmo motivo: a transgressão inaudita dos gêneros aos olhos da sociedade contemporânea, em particular da sociedade brasileira. Corpos, os quais, foram destruídos por uma carga de ódio e lançados às estatísticas incomensuráveis dos crimes contra LGBTI+ no Brasil.

O lugar privilegiado de execução da violência contra LGBTI+ são seus corpos, ainda que haja o xingamento verbal, a tortura psicológica e o cancelamento social. É no limite do corpo que os atos de violência são desferidos, até quando não há um contato direto com a matéria, ou seja, quando a violência em vez de golpear fisicamente, se pronuncia através de olhares e comentários que se encerram para algum corpo considerado estranho. É também nos corpos de LGBTI+, principalmente de travestis e transexuais, que fica impresso de forma maximizada a hostilidade e a repugnância de qualquer elemento que sugira uma ambiguidade ou impossibilidade de classificação na ordem do dimorfismo sexual. Esses corpos, no mínimo, recebem ao longo de sua existência duas punições: a primeira, por uma espécie de autorrepressão por não poderem exercer a vivência conforme sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, sendo obrigados/as a corresponderem ao padrão hegemônico. A segunda violência é, ao se expressarem conforme lhes convém, viverem e se realizarem de acordo com a orientação e identidade que se reconhecem, são brutalmente violentados/as pelo julgo do conservadorismo da sociedade.

Contra esses corpos, é despejado um forte teor de abjeção, que os inviabiliza em

quase todas as fases da vida (infância, adolescência, fase adulta e velhice). Contra essas pessoas, o que prevalece é a desumanização do seu ser e a eliminação de suas identidades ou qualquer outra inscrição em que possam operar socialmente.

O entendimento do corpo não deve ser restrito apenas à sua dimensão fisiológica ou aos seus atributos fenotípicos. Os estudos médicos, por anos, mantiveram um paralelismo entre as características físico-químico-biológica dos corpos com demais componentes advindos da cultura e da forma de sociabilidade. Por mais que fossem alterados, suplantados ou inovados no decurso do tempo, os estudos sobre os corpos compreendidos numa perspectiva de valores moralistas e tradicionais, permaneceram inscritos numa concepção biológica. Este é o fator estruturante dos modelos de sociabilidade entre o que é ser “homem” e o que é ser “mulher”. Mesmo que essa estrutura passe por fissuras teóricas e culturais nas últimas décadas, principalmente por via dos avanços das teorias feministas, o que ainda permanece como hegemônico são as compreensões tradicionais sobre o corpo, o sexo e as sexualidades. Essas compreensões, em conjunto com outras construções sócio-culturais (como o modelo hegemônico de família heterossexual), garantem o binarismo das identidades de gênero e a padronização hermética das relações afetivo-sexuais orientadas exclusivamente por sexos biologicamente considerados opostos complementares.

É também com o corpo e no corpo que as relações de opressão, dominação e exploração entre os gêneros são confrontadas. Os corpos tendem a obedecer a regras estabelecidas em determinados períodos em que são socializados, ou melhor, colonizados e controlados pela ideologia dominante das sexualidades. A obediência e a resignação dos corpos conforme os padrões socioculturais são os maiores patrimônios desenvolvidos pelas “tecnologias do poder” (LAURETIS, 1994), no intuito de mantê-los domesticados, assíduos e conformados bilateralmente com os gêneros instituídos aos sexos masculinos e femininos.

Os sujeitos de alguma forma cumprem “papéis sociais” que os fazem agir por costume e tradição, como moldar o corpo conforme a estética globalizante, utilizar roupas e acessórios que façam parte do arquétipo social. No entanto, é gerado um embaraço para aquelas pessoas que não compartilham dessa estética impressa ao corpo e é neste ponto que reside uma importante questão que coincide com a condição do corpo abjeto. A questão torna-se mais complexa quando tal corpo possui uma duplicidade de abjeção, ou seja, tanto se torna abjeto para si próprio/a, quanto é alvo de abjeção de outro sujeito, que por sua vez é qualificado como “normal” e portador de uma legitimidade social.

O corpo abjeto de si, segundo Julia Kristeva (2006), é a falta de algo fundador de si mesmo, é a perda de si ou o não reconhecimento do seu próprio ser. Sendo o corpo a

matéria mais tangível de um sujeito, quando este não se reconhece a partir das leis morais impostas ao exercício corpóreo, gera um transtorno, uma tormenta tanto por não se aceitar enquanto tal, como por se resignar mediante as ordens impostas. Além disso, a abjeção de si pode gerar uma paleta imensa de ações, inclusive, a ação (auto)fóbica, a partir do momento que um determinado sujeito (eu) projeta num (outro) corpo um elemento de repulsa em si mesmo. Na tentativa de expurgar esse medo de si projetado no outro, Kristeva relata que:

[o] fóbico não tem outro objeto além do abjeto. Mas esta palavra “medo” – bruma fluída, umidade insaciável –, mal advém e logo se esvai, como uma miragem, e impregna de inexistência, de fulgor alucinatório e fantasmático, todas as palavras da língua. Assim, com o medo colocado entre parênteses, o discurso só se torna sustentável com a condição de se confrontar sem cessar com esse outro lugar, peso repelente e repellido, fundo de memória inacessível e íntimo: o abjeto. (KRISTEVA, 2006, p. 6)

No entanto, é importante compreender que a abjeção contra um corpo é construída por parcelas de fatores sociais que atuam diretamente na composição subjetiva e objetiva dos sujeitos. Quando o corpo resigna-se às normas de comportamentos fundadas e consolidadas socioculturalmente, agindo de uma forma contrária aos seus desejos e fazendo isso por uma convenção social, tal corpo assume, às vezes inconscientemente, prejuízos para o exercício pleno e livre de sua sexualidade. Ocorre que, devido a essa questão, LGBTI+ ou são violentamente assassinados/as ou cometem suicídio, ambos/as vítimas do conflito e da pressão violenta em manterem um corpo conformado e dócil.

### **A construção do corpo abjeto no formação sócio-histórica brasileira**

Na historiografia brasileira, o corpo sempre ocupou um local de destaque, desde o período da colonização, em que a população indígena originária teve seu corpo sucumbido por doenças e pelo massacre etnocida dos europeus. O projeto de etnocídio e genocídio cultural das tradições indígenas, através da catequização, imposição de hábitos, da linguagem, da culinária, assim como a tentativa de “domesticação dos selvagens” provocou o extermínio de centenas de etnias aqui existentes. Os colonizadores europeus os consideravam povos exóticos e totalmente desprovidos dos valores morais cristãos (TREVISAN, 1986).

A visão eurocêntrica do colonizador produziu um discurso agressivo e moralista contra os costumes dos nativos, onde ora eram citados como indolentes, ora eram

percebidos como promíscuos e lascivos, sobretudo por viverem com os corpos nus. A historiadora Márcia Amantino (2011, p.16) relata que “as informações sobre aquelas pessoas exóticas eram sempre voltadas para seus corpos” e ao tempo que jesuítas e administradores que para cá vieram propagavam essas percepções, também ficaram incumbidos de coibi-las. A autora ainda acrescenta que:

[...] ao longo de um processo histórico marcado por diversos tipos de violências contra os indígenas, sempre houve por parte dos elementos não índios uma grande preocupação com o controle sobre os corpos dos primeiros. De um corpo puro, sem pecado, a um selvagem perigoso e pecador, foi um movimento relativamente rápido. (AMANTINO, 2011, p. 40)

Assim, o corpo e a sexualidade passam a ser *topos*, lugar onde se determinam a moralidade e a construção da identidade da população brasileira desde o contato com o colonizador, ressaltada pelas narrativas históricas eurocêntricas. A hierarquização da população brasileira, no decorrer dos anos após a colonização, ou seja, no limiar da República, também esteve saturada de investimentos pejorativos contra os atributos dos corpos. Os corpos negros, por exemplo, foram, mesmo após a abolição do regime escravagista mercantil, um forte determinante de precarização da vida. A composição de um corpo que carregasse as características de uma pele preta, de cabelos crespos, de lábios grossos e demais atributos alheios ao padrão estético europeu era automaticamente excluído do patamar de validação social. A própria Igreja católica engendrou essa ideologia, se valendo da hagiografia para classificar o grau de “pureza” dos santos. Para a Igreja, os santos “pretos” ou “pardos” seriam resultados de um acidente, um defeito. Para a reparação desse limite, o corpo deveria ser penitenciado (OLIVEIRA, 2011). Com isso a Igreja corroborou a estratificação de classe, para a qual a demarcação do corpo era uma variável constante a ser aplicada.

Outras complexidades atribuídas ao corpo também geraram a ótica da ordenação social no Brasil. O nível de civilidade e capacidade social para a produção e desenvolvimento de uma nação forte também foram orientadas pelos ideais de um corpo saudável, branco e de princípios cristãos. Os gêneros masculinos e femininos logo foram acionados como marcadores sociais para a continuidade de classificação dos sujeitos aptos a uma vida plena e possível dentro de uma sociedade com valores sexistas, racistas e impulsionadora de um capitalismo extrativista.

O desejo da sociedade em fins do século XIX e início do XX era um padrão de

masculinidade com homens viris, condutores da ordem familiar e permeados por fortes traços militares (MISKOLCI, 2012). Aliás, o serviço militar foi uma iniciativa não só de apologia à figura do “macho forte”, mas como ideário de saúde e higienismo, além do apelo intrínseco ao nacionalismo por uma pátria vindoura. Nesse momento, o corpo mais uma vez é posto na centralidade dos discursos erigidos pelas ciências médicas, como fator de vida saudável. Richard Miskolci (2012) aborda esse debate a partir de obras da literatura brasileira que ilustram num dado período os costumes, tradições e valores acerca do comportamento indicado para corpos legítimos de uma nação ávida por reconhecimento político:

Os temores dos desvios em todas as suas formas, particularmente nas classes populares, ajudam a compreender o crescente fascínio por uma masculinidade militarizada, a qual emerge a partir da experiência da Guerra do Paraguai, quando o Brasil assistiu à sua primeira grande manifestação nacionalista. (MISKOLCI, 2012, p. 150)

A destituição parcial dessas "verdades" só ocorre com o desenvolvimento de elementos referenciados na modernidade, ou seja, a partir da ruptura processual dos paradigmas políticos, culturais e econômicos, que até então orientavam as relações sociais. Esta ampla e revolucionária transposição de tais paradigmas se fortalece no pós Segunda Guerra, sobretudo, a datar da segunda metade do século XX. Diga-se de passagem, que esse período coincide com o avanço teórico-conceitual das teorias feministas, além do fortalecimento das lutas sociais em torno dos temas da sexualidade e do gênero, especialmente na Europa e Estados Unidos.

Ressalto, ainda, que todas essas transformações estão localizadas preponderantemente no âmbito da sociedade ocidental. Impulsionados por uma onda teórica que começava a abordar criticamente, o emprego dos debates eurocêntricos em fenômenos específicos da América Latina, os paradigmas sobre o corpo, o gênero e as sexualidades foram sendo agregados às novas epistemologias advindas do feminismo pós-estruturalista. Larissa Pelúcio (2012) contribui com esse debate quando aponta, de modo sintético, uma espécie de genealogia crítica dos estudos pós-colonialistas, feminista e *queer* na América Latina e no Brasil. A partir de então, estudos contemporâneos sobre o corpo consolidaram um campo analítico complexo, com destaques exponenciais para os estudos sobre sexualidades.

Gosto de pensar que essa literatura ganhou força entre nós, justamente por ter

chegado em um momento em que estávamos assombradas por tantas transformações, desafiados por um Brasil que mudava aos olhos estrangeiros, antes mesmo que assumíssemos internamente as dimensões destas mudanças. Nós estávamos ainda tateantes atrás de um vocabulário menos falocêntrico, de uma ciência menos canônica, de uma gramática menos heterossexista, ficamos fortemente impressionados com aquelas leituras feministas, transgressivas, descoloniais. Rapidamente termos como colonialidade, gênero, racialização do sexo, sexualização da raça, diferença, regime heteronormativo, passaram a ocupar fóruns políticos, arenas acadêmicas, páginas de comportados periódicos científicos. (PELÚCIO, 2012, p. 413-414)

O corpo carregou (e ainda carrega) a síntese de múltiplas representações, ao ponto de oferecer, a partir de características determinadas, uma ontologia social acerca dos valores morais de diversos períodos da sociedade. No entanto, não há como ignorar a possibilidade desse corpo se apresentar de forma falseada, ou seja, sem convicção da maneira a qual se faz apresentar. A trama das convenções sociais pode obrigar os corpos a se manterem aprisionados num paradigma moralista ou impedidos de executarem com liberdade a forma que mais lhes convém. Dessa maneira, as instituições e os aparelhos normativos da sociedade trataram de conformar os gêneros nos corpos, a partir de uma concepção fisiológica de que um determinado órgão sexual expressasse, correlacionalmente, um tipo de gênero binário.

A construção cultural de padronização dos gêneros, a naturalização biológica do sexo e a imposição de um modelo, a partir dessa dupla apreensão entre gênero e sexo, provocaram um conceito estético para os corpos. A delimitação rigorosa entre o ser homem e ser mulher é, de modo ineliminável, perpassada pela massa corpórea. Qualquer fluidez do corpo e da identidade de gênero entre esses dois polos configura uma perturbação no ordenamento societal, que gera uma potência agressiva contra este sujeito. Se, contemporaneamente, as forças conservadoras de manutenção dos padrões de gênero associados ao sexo biológico combatem veementemente qualquer interstício entre o “masculino” e o “feminino”, quiçá em períodos aos quais a diversidade sexual resumia-se no binarismo oposicionista entre homem *versus* mulher.

Judith Butler compõe na atualidade a parcela de estudiosos/as que teorizam de forma substancial a temática das sexualidades. Em seus estudos pode-se observar que não há possibilidades de compreender a categoria gênero sem que seja a partir de uma perspectiva que considere o decurso histórico da sociedade, ou seja, o gênero não é de modo algum estático, natural ou determinado pela dimensão orgânica/biológica das pessoas. O gênero também não se restringe à dimensão social a qual se inscreve nos sexos

ditos biológicos (BUTLER, 2014). Para a autora, o gênero é um processo que não tem origem, tampouco fim, de modo que é algo que fazemos permanentemente, e não o que somos. Propaga-se pela “repetição estilizada dos atos”. Partindo do conceito de *performance*, a autora estabelece uma abordagem da teoria feminista da qual a noção de gênero e sexo são elementos que, embora distintos do ser, estão materializados e materializam o próprio corpo, não sendo este uma realidade anterior. Além do mais, não há necessariamente uma relação direta entre o corpo de alguém e seu gênero.

A crítica ao gênero associado à naturalização do sexo evidencia uma perspectiva convencionalmente heterossexual (heterossexualidade compulsória), o que corrobora a noção de abjeção do corpo daqueles que possuem uma orientação homossexual. Dessa maneira, a repreensão da vivência homossexual pode desencadear em alguns indivíduos um comportamento de autojulgamento, insatisfação e mesmo negação da homossexualidade. É exatamente neste ponto que reside umas das manifestações da violência, quando o sujeito reprimido se invisibiliza ante si próprio, anulando além de tudo a sua subjetividade.

Em *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del sexo*, Butler (2015) provoca um debate insólito acerca da materialidade do sexo, ou da insuficiência dessa. Aqui, o problema é anunciado pela anulação de um sujeito a partir da negação da materialidade do seu corpo. Negação essa que provoca, além da anulação do indivíduo, o ocaso de todas as outras dimensões da vida, ou seja, a finitude física por via de atos violentos contra o tal corpo sexualmente abjeto. A violência contra pessoas que vivem uma sexualidade diferente da socialmente imposta é uma questão com pauta hodierna de debate em todas as instituições da vida privada e pública, pois os números da violência sexual e de gênero são crescentes a cada dia.

A autora adentra numa seara analítica, a qual não compreende o sexo apenas como um dado orgânico-biológico, tampouco que a construção sócio-histórica da sexualidade seja esgotada apenas no gênero. O sexo assim como o gênero também possui uma dimensão simbólica e discursiva estendida histórica e materialmente na sociedade. Além disso, por ser histórico e social, o sexo, nos paradigmas desta sociedade, funciona como uma prática regulatória:

[...] o "sexo" não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir - demarcar, fazer circular, diferenciar - os corpos que ela controla. (BUTLER, 2015, p. 18)

Assim, sendo o sexo encarado também como uma construção social, a serviço da regulação dos corpos e, em se tratando de regulação, esta requer uma padronização, assim como um ente que vigie e domine esses corpos. Aquele/a que não se conformar nos limites da regulação é automaticamente motivo de ser estereotipado/a e estigmatizado/a. Pode-se inferir que um corpo que possua elementos de abjeção, ou seja, desalinhado com os padrões estéticos e morais, estaria em permanente conflito com a sociabilidade imposta. A compreensão de “corpo abjeto”, contida nos apontamentos de Judith Butler (2015), inclui o estabelecimento de um “não lugar”, ou seja, um ambiente que não corresponde ao que é habitável. Sendo a dimensão das sexualidades abordadas nesse aspecto do abjeto, o “não sexo” é, portanto, aquele elemento que não está inscrito na dita natureza humana. Mas qual seriam esses corpos que carregam marcas que podem ser consideradas inumanas? Certamente, são os corpos que provocam a ambigüidade, a ruptura com os padrões estereotipados ou então materializam o controverso do que se convencionou socialmente como masculino e feminino, homem e mulher, pênis e vagina.

As convenções estipuladas para os sexos é apenas um dos aspectos de controle do corpo. Existe uma relação ambivalente entre corpo e sexo, onde um exerce inscrição sobre o outro e vice-versa, fato que acaba por tornar ambos aprisionados em paradigmas que violam a potencialidade expansiva dos corpos. No entanto, esses corpos não são somente assujeitados diante do poder e da dominação. Qualquer tecnologia de regulação e dominação provoca, independente do contexto histórico, a sua oposição qualificada. E aqui não privilegio mensurar o tamanho da força dos pólos de oposição, mas evidenciar que a resistência e a desobediência às normas são condições intrínsecas ao movimento das lutas entre o dominador e o dominado.

### **O Serviço Social e as pautas LGBTI+**

O Serviço Social, por meio da representação do conjunto das entidades Conselho Federal e Regionais (CFESS/CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes (ENESSO), vem desempenhando um importante papel, principalmente ao longo de anos, no que tange o enfrentamento das investidas conservadoras, herança de sua gênese na filantropia cristã. Nesta direção, consolida o projeto ético-político em favor da diversidade sexual e no combate aos

preconceitos de orientação sexual e das identidades de gênero. Um dos marcos dessa luta foi o lançamento, em julho de 2006, da importante campanha pela livre orientação e expressão sexual, tendo como tema “O amor fala todas as línguas”. A campanha teve como peça publicitária um cartaz com imagens de casais homossexuais e um casal heterossexual. Além disso, no ano seguinte, em 2007, o CFESS lançou o “CFESS Manifesta” que abordou a necessidade do debate junto a categoria, num direcionamento “para fortalecer a luta por um projeto societário fundado na igualdade e na liberdade, o que implica reconhecimento e valorização da diversidade humana” (CFESS, 2007). A campanha percorreu todo o Brasil, e teve uma forte expressão com depoimentos de ex-conselheiras do CFESS e de militantes históricas na categoria sobre o tema, como a saudosa Marylucia Mesquita. O documento “CFESS Manifesta” ainda apontou os seguintes desafios ao conjunto CFESS/CRESS:

- refletir sobre os limites da igualdade e da liberdade na sociabilidade capitalista;
- aprofundar no debate profissional o entendimento teórico sobre a concepção de individualidade e diversidade e realizar a crítica ao padrão de sexualidade dominante;
- refletir sobre as formas de opressão vivenciadas por segmentos historicamente ausentes do circuito de direitos e a apropriação mercantil pelo sistema do capital das demandas no campo da diversidade;
- contribuir para a superação das variadas formas de preconceito e discriminação que se consolidam como ferramentas ideológicas opressivas na vida cotidiana;
- qualificar os termos do debate: o que estamos entendendo por sociedade civil, cotidiano, cidadania, ética na política, direitos humanos, totalidade, democracia etc;
- estimular o debate conceitual e a reflexão sobre o cotidiano profissional;
- intervir positivamente na mídia com uma política firme contra a possibilidade de reprodução de xenofobia, de preconceitos e situações de discriminação;
- considerar a diversidade e as diferenças entre os sujeitos, o que pede qualificação empírica sobre quem são os sujeitos usuários do Serviço Social;
- investir numa cultura política que problematize em profundidade a dimensão de classe e o reconhecimento da multiplicidade e diversidade entre os sujeitos na classe;
- reapropriar-se cotidianamente de uma leitura crítica da realidade que considere o debate histórico (as lutas sociais, os sujeitos e suas reivindicações);
- reconhecer a potencialidade das lutas em torno da raça, gênero, orientação sexual, questão ambiental e contribuir para a produção teórica crítica em tais ambiências

temáticas, diferenciando das abordagens pós-modernas, caracterizadas pela fragmentação e pela defesa do direito a diferença em detrimento da luta pela igualdade e liberdade substantivas;

- entender que um projeto emancipatório não pode dividir as lutas em gerais e em específicas e nem tão pouco cair nas ciladas da diferença.

Ainda em junho de 2006, o CFESS aprovou e publicou a resolução nº 489, que em sintonia com a campanha mencionada, refere-se à uma prática profissional livre de ações discriminatórias ou preconceituosas acerca da livre orientação sexual. Neste momento, fica nítido que o debate estava pautando, exclusivamente, nas questões relacionadas às orientações sexuais e até então não havia menção às identidades de gênero. Importante ressaltar que esse limite não corresponde apenas ao Serviço Social, uma vez que, na sociedade ainda não havia amplitude do tema, ficando o debate restrito ao movimento LGBT. Na medida em que as pautas foram se ampliando, o conjunto CFESS/CRESS, incluiu a temática das identidades de gênero em suas pautas políticas.

Atento às demandas que se expandiam sobre o tema, em 2011, o CFESS publicou a Resolução nº 615 que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de assistentes sociais travestis e transexuais nos documentos de identificação profissional. Um outro marco nesta direção foi a realização, em junho de 2015, do Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans: Exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero. Tal evento realizado em São Paulo, contou a participação de diversos profissionais (assistentes sociais, psicólogas, advogadas) de variadas frentes de trabalho, além de representantes do movimento de travestis e transexuais compondo as mesas. Nesta oportunidade foi bastante relatado os limites das atuações de assistentes sociais junto à unidades de prestação de serviços, como nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O seminário ainda abordou temas relacionados a saúde, a dimensão jurídica dos direitos legais e a atuação de profissionais de diversas áreas no atendimento à população trans. Anos depois, em fevereiro de 2018, o CFESS publica a Resolução nº 845, que dispõe sobre a atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador. Assim, consolida-se num período de pouco mais de uma década, um conjunto de legislações e orientações políticas que, sob a ótica do projeto ético-político profissional, contribuem para um exercício profissional garantidor de acesso aos direitos da população LGBTI+.

Já nos marcos do ensino e da pesquisa, a ABEPSS também criou fluxos que garantiu a inserção do tema em suas atividades. O primeiro foi a criação, em 2010, dos Grupos Temáticos de Pesquisa – GTP, em que as pesquisas relacionadas às temáticas de

sexualidades ficaram representada no GTP sobre “Serviço Social e Relações Sociais de Opressão e Exploração de Classe, Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades e Geração”<sup>2</sup>. A partir das discussões neste GTP, dos acúmulos dos debates e de pesquisas envolvendo os temas das áreas, pesquisadoras/es integrantes do mesmo propuseram que Abepss orientasse as unidades de ensino em todo Brasil a constituir nos projetos pedagógicos um componente curricular obrigatório que versasse sobre as ênfases do GTP. Assim, no XIV Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social, realizado na cidade de Natal-RN, em dezembro de 2014, foi aprovado tal documento orientador para inclusão de conteúdo curricular, apontando:

- A inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, do debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal.
- A realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio. Aqui, ressaltamos, ainda, as Leis 10. 639/03 e 11645/2008, assim como a Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação- CNE/MEC, no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico raciais nos currículos.
- O estímulo à realização de debates, eventos, oficinas e seminários temáticos sobre as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades.
- Apoio aos movimentos sociais e espaços de lutas anticapitalistas, antirracista, antipatriarcal e antiheterossexista, por meio de parcerias, projetos de extensão, pesquisa, entre outros.
- A promoção de espaços de estudos e pesquisas sobre o sistema capitalista-patriarcal-racista-heterossexista e adultocêntrico.

Para além desta atuação do CFESS e da Abepss, é importante ressaltar que o Movimento Estudantil de Serviço Social-MESS, foi quem protagonizou os debates envolvendo diversidades sexuais nos encontros estudantis, que desde os anos 1980 já compunha plenárias com militantes LGTBs (DUARTE, 2014). O fato de as entidades representativas da profissão possuírem uma evidente orientação teórica e ético-política sobre o debate da diversidade sexual e dos direitos LGBT, não significa que a toda a categoria possui unanimemente o mesmo referencial. O fantasma do filantropismo, do conservadorismo ainda ronda fortemente nossa profissão, ainda mais quando há uma

---

2 No Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social – ENPESS realizado na cidade de Ribeirão Preto-SP em 2016, após um amplo debate e acúmulos acadêmicos e políticos, aprovou-se o desmembramento da ênfase de Geração e esta passou a constituir um GTP próprio.

expansão vertiginosa de ensinos superiores em faculdades e centros universitários, onde uma parte dessas instituições não possuem um compromisso adequado sequer com as diretrizes curriculares, quanto mais com temáticas sobre gênero e sexualidades. É comum ouvir relatos de estudantes, professoras/es dessas unidades de ensino sendo perseguidas/os por possuírem uma visão crítica sobre a supervalorização dos discursos morais religiosos em detrimento dos direitos sexuais de mulheres e LGBTI+.

Por vezes, o cotidiano pode suprimir da/o Assistente Social uma visão e interpretação crítica dos fenômenos sociais, é aqui que adentra a fundamentação teórica, como uma ferramenta indispensável para a leitura crítica e criativa da realidade. Isto é o que caracteriza o movimento dialético entre a teoria e prática. Reforço a importância e ao mesmo tempo um desafio posto à assistentes sociais, produtoras/es e reprodutoras/es de conhecimento teórico, acadêmico e político de refletir sobre a possibilidade de reconhecer as violências das sexualidades dissidentes, problema tão fundante da “questão social” quanto as diferenças entre as classes, considerando ainda que a “questão social” não é apenas o acirramento das diferenças entre classes, mas além disso a resistência e a organização consciente da classe oprimida.

## **CONCLUSÃO**

O tema abordado neste trabalho partiu de uma necessidade de entender como que uma sociedade livre, democrática, globalizada em termos de comunicação e potencialmente capaz de superar problemas sociais, tais como fome, miséria, violência e analfabetismo, ainda padece com questões arcaicas que estorvam o desenvolvimento e o fortalecimento das diversidades humanas. As questões relacionadas às sexualidades são apenas uma face dos dilemas que atravessam a humanidade, em que os corpos, as relações sociais de gênero, os comportamentos, as padronizações sexuais, as moralidades e diversos outros paradigmas são elementos de disputa de projetos societários.

O desenvolvimento dos estudos da sexualidade LGBTI+ junto ao Serviço Social desafia a realização de uma síntese da violência historicamente demarcada pela invisibilidade do tema, tanto em nível teórico-acadêmico, quanto técnico-interventivo. Além disso é premente a associação da temática à constituição das assertivas ético-políticas que compõem o projeto profissional, fundado em princípios libertários e na perspectiva da emancipação política e humana.

Portanto, as pesquisas, estudos, projetos de extensão produzidas nos cursos de

Serviço Social sobre as sexualidades, gêneros e feminismos, a partir de uma tradição libertária e crítica, pode promover importantes ferramentas de combate ao preconceito. Além disso, possibilita orientar o exercício profissional em favor de pessoas LGBTI+, garantindo os direitos e, sobretudo, as vidas daqueles/as que sempre foram reféns do sistema patriarcal.

Por fim, para o Serviço Social e tudo que envolve nossa profissão, a compreensão da construção histórica dos valores morais da sociedade brasileira é indispensável para entendê-las como elemento da Questão Social. Perceber que o exercício profissional junto à população LGBTI+, deve ser conduzido na direção de ruptura com posturas conservadoras. Importante ressaltar que nossas entidades representativas (CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO) trazem em suas plataformas e princípios de atuação a luta constante contra essas violências. Mas é preciso mais, é urgente a exigência de romper com análises pragmáticas e distorcidas acerca das teorias que circundam os estudos sobre as sexualidades. A realização de um processo revolucionário carece tanto de um processo de tomada de consciência de classe, quanto compreender que esse processo urge no cotidiano e este, por sua vez, é marcado por bicha preta, travesti, sapatona, quilombola, indígena e demais identidades que estejam no fronte contra a devastação do meio ambiente, do capitalismo predatório de vidas, do racismo e o heterocispatriarcado.

## REFERÊNCIAS

AMANTINO, Márcia. E eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. In: DEL PRIORI, Mary; AMANTINO, Marcia (Orgs). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 15-44.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha, revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

\_\_\_\_\_. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. 2 ed. 4ª reimp. Buenos Aires: Paidós, 2015.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CFESS. CFESS Manifesta – **O amor fala todas as línguas**: Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual. Natal – RN, agosto de

2007. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf>>

CISNE, Mirla e SANTOS, Silvana Mara M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 8).

DUARTE, Marco José de Oliveira. Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 14, n. 27, p. 77-98, jan./jun., 2014.

KRISTEVA, Julia. **Poderes de la perversión**: Ensayo sobre Louis-Ferdinand Céline. Traducción Nicolás Rosa. México: Siglo XXI Editores, 2006.

LAURETS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de. **Tendências e impasses**: O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-241.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012. (Coleção Queer).

OLIVEIRA, Anderson J. Machado de. Corpo e santidade na América Portuguesa. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 45-68.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, v. 2, n. 2 p. 395-418. jul./dez, 2012.

TREVISAN, João S. **Devassos no Paraíso**. São Paulo: Ed. Mas Limonad, 1986.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.